



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023
INEXIGIBILIDADE PARA CREDENCIAMENTO Nº 11/2023

O objeto do presente Processo Licitatório consiste no **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

ATA Nº 04/2023

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, compareceu nas dependências da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, Departamento de Licitações, o leiloeiro **JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA**, onde o mesmo solicitou Credenciamento para o objeto citado acima.

Todos os documentos constantes no edital foram entregues em envelope, conforme exigido no item 9 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO, com identificação.

Após a abertura do envelope e análise da documentação, verificou-se que o leiloeiro **JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA**, apresentou todos os documentos conforme estabelecido no item 8 – DA DOCUMENTAÇÃO, conforme especificado abaixo, estando a mesma **HABILITADA** para o Credenciamento.

Documentos apresentadas pelo leiloeiro:

DOCUMENTOS	EMISSÃO	VENCIMENTO
8.1.1 Requerimento devidamente assinado, conforme Anexo II;	22/05/2023	22/08/2023
8.1.2 Cópia autenticada da cédula de identidade (RG) e do cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda (CPF/MF);	01/06/2023	31/10/2032
8.1.3 Certidão de registro atualizada (máximo 60 dias), emitida pela da Junta Comercial do Estado de	14/04/2023	14/07/2023



Santa Catarina - JUCESC, comprovando a sua regularidade para atuar como leiloeiro público oficial naquela instituição e que exerce a profissão por não menos que 03 (três) anos;		
8.1.4 Comprovante autenticado de endereço onde exerce a função como leiloeiro;	01/06/2023	01/09/2023
8.1.5 Alvará de Licença, Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal do endereço onde exerce a função como leiloeiro;	14/02/2023	28/02/2024
8.1.6 Certidão Negativa de Protestos dos Cartórios do Município sede onde exerce a função como leiloeiro.	15/05/2023	15/08/2023
8.1.7 Certidão Negativa de Antecedentes Criminais fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;	16/05/2023	16/08/2023
	Criminal	Criminal:
	16/05/2023	16/08/2023
	12/05/2023	12/08/2023
8.1.8 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativa, de ações cíveis e criminais, dos setores e distribuição dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, das Justiças Federal, Distrital, Eleitoral e;	Cível	Cível
	16/05/2023	16/08/2023
	12/05/2023	12/08/2023
	Eleitoral	Eleitoral
	15/05/2023	15/08/2023
	16/05/2023	16/08/2023
8.1.9 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do Leiloeiro;	03/05/2023	03/08/2023
8.1.10 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;	16/05/2023	15/06/2023
8.1.11 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do interessado	15/05/2023	13/07/2023
8.1.12 Caso o Leiloeiro seja considerado isento dos tributos estaduais ou Municipais relacionados o objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;	-	-
8.1.13 Prova de regularidade para com a Fazenda	08/03/2023	04/09/2023



Federal e Prova de regularidade relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212/91);		
8.1.14 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativo, emitida pelo Tribunal de Contas da União;	16/05/2023	16/08/2023
8.1.15 Certidões negativas, ou positiva com efeito negativo, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;	16/05/2023	15/06/2023
8.1.16 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	08/05/2023	04/06/2023
8.1.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);	17/02/2023	16/08/2023
8.1.18 Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) apresentando DRSCI (Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual);	17/01/2023	16/07/2023
8.1.19 Declaração de que não utiliza mão-de-obra de menores, direta ou indiretamente, conforme o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88 e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 05 de setembro de 2002;	22/05/2023	22/08/2023
8.1.20 Declaração de que não possui relação societária e ou atua em consórcio ou grupo com outros leiloeiros, respeitando os dispostos no Pre-julgado 614 TCE.	16/05/2023	16/08/2023
8.1.21 Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;	16/05/2023	16/08/2028
8.1.22 Declaração de que atende aos requisitos previstos no Decreto Federal nº 21.981/32, IN nº 72/2019 do DREI;	16/05/2023	16/08/2023
8.1.23 Comprovação de posse do domínio na internet e do sítio eletrônico (em nome do leiloeiro licitante), sem redirecionamento, apresentando declaração de que dispõe de plataforma virtual, devidamente comprovada através de endereço eletrônico, permitindo realizar exclusivamente por meio eletrônico e simultaneamente leilão eletrônico e presencial, utilizando-se de sistema informatizado, com recepção e estímulo de lances em tempo real via internet e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente, devendo ainda apresentar certificação eletrônica de segurança (SSL) que proporcione a segurança dos dados transmitidos pela internet em ambiente Web, devendo a plataforma eletrônica (sítio) ser de propriedade exclusiva do	16/05/2023	16/08/2023



leiloeiro licitante, não sendo permitida a subcontratação para uso de outra plataforma, bem como o uso conjunto de plataformas virtuais com outros leiloeiros, caracterizando consórcio ou grupo de leiloeiros;		
8.1.24 Cópia autenticada da Carteira de Leiloeiro expedida pela Jucesc.	31/08/2020	-
8.1.25. Apresentar declaração de que possui controle informatizado e emissão de nota eletrônica dos bens leiloados de forma a garantir a entrega da nota ao final do leilão e o fornecimento ao Comitente, de todo o tipo de informações, tais como relatórios, cadastro dos arrematantes e outros controles referentes ao leilão.	16/05/2023	16/08/2023
8.1.26 Comprovação da infraestrutura mínima exigida	17/05/2023	-17/08/2023
8.1.27 Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de ter executado no mínimo 01 (um) leilão presencial e eletrônico (simultaneamente), utilizando-se de sistema informatizado de emissão de nota eletrônica de arrematação, comprovando que realizou (leilão empresarial, judicial e/ou extrajudicial de bens móveis inservíveis, bens automotivos e/ou outros bens móveis ou imóveis). O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.	Leilão com Município de Campo Belo do Sul/SC em 30/05/2022	

Todos os itens cotados estavam de acordo com o edital, não se vislumbrando qualquer óbice a sua adoção, razão pela qual fora aprovada, e em seguida poderá ser firmado Contrato com o Leiloeiro: **JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA.**



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi assinado a presente ata pela Comissão Permanente de Licitações.

Cordilheira Alta/SC, 01 de Junho de 2023.

ANDRESA BREANCINI
Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL
Membro da comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Membro da comissão